



Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva

O Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, celebrado em 14 de abril, representa um marco simbólico e político na consolidação do direito à educação para todos, sem discriminação. A data remete à mobilização histórica de movimentos sociais, educadores, famílias e pessoas com deficiência que, ao longo das últimas décadas, vêm reivindicando a superação de modelos excludentes e a construção de sistemas educacionais baseados na equidade, no respeito à diversidade e na garantia de direitos fundamentais. Comemorar essa data é, antes de tudo, reconhecer que o direito à educação inclusiva não foi concedido - foi conquistado, em um processo contínuo de luta coletiva que ainda não se encerrou.

A literatura acadêmica demonstra que a educação inclusiva constitui uma das ferramentas mais eficazes para a redução das desigualdades sociais, educacionais e econômicas. Pesquisas da UNESCO e da OCDE indicam que sistemas educacionais inclusivos apresentam melhores índices de aprendizagem não apenas para estudantes com deficiência, mas para o conjunto das turmas, dado que práticas pedagógicas diferenciadas beneficiam todos os alunos. Diferentemente de abordagens meramente integradoras, a inclusão pressupõe a transformação estrutural do sistema educacional, de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem significativa de todos os estudantes, especialmente aqueles historicamente vulnerabilizados.

Nesse sentido, a educação inclusiva atua diretamente sobre múltiplos eixos de desigualdade: reduz as barreiras de acesso, ao romper com a segregação institucional que historicamente afastou pessoas com deficiência da escola regular; enfrenta desigualdades de aprendizagem, ao promover práticas pedagógicas diferenciadas, recursos de acessibilidade e suporte individualizado; e contribui para a redução de desigualdades sociais mais amplas, ao ampliar as oportunidades de inserção educacional, profissional e cidadã ao longo da vida. A equidade, nesse contexto, não significa tratar todos da mesma forma, mas oferecer respostas distintas para necessidades distintas.

O Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reforça essa perspectiva ao estabelecer que o sistema educacional deve garantir a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, assegurando apoios pedagógicos, tecnologias assistivas e adaptações razoáveis conforme as necessidades individuais. Ao determinar a oferta transversal da educação especial em todos os níveis de ensino, o decreto rompe com a lógica de sistemas paralelos e reafirma que a exclusão não é uma característica do indivíduo, mas uma falha estrutural do ambiente educacional. A ênfase na articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social como condição para a inclusão efetiva é, precisamente, o terreno em que a SPDM atua há décadas.

“A exclusão não é uma característica do indivíduo é uma falha estrutural do ambiente educacional que precisa ser corrigida pelo sistema como um todo”.

Por meio do **Projeto Rede**, desenvolvido em parceria com a rede pública de ensino desde 2010, a SPDM não apenas operacionalizou ações de apoio à inclusão escolar, mas contribuiu para a construção de um campo híbrido de conhecimento e prática que conecta dois setores: saúde e educação. Equipes interdisciplinares compostas por profissionais de ambas as áreas passaram a atuar conjuntamente em escolas municipais de São Paulo, qualificando o olhar educacional sobre as necessidades e funcionalidade dos estudantes, promovendo efetiva participação e aprendizagem. Em mais de quinze anos, o Projeto Rede acumulou resultados concretos no atendimento de estudantes com deficiência e desde sua implantação, já atendeu **mais de 51 mil estudantes da rede municipal**, com crescimento progressivo e sustentado. Em anos recentes, o número de estudantes atendidos ultrapassou 16 mil, acompanhado de expansão operacional e manutenção da qualidade assistencial.

Mais do que uma iniciativa setorial, o Projeto Rede expressa a responsabilidade social da SPDM como princípio orientador de sua atuação institucional. Ao propor soluções inovadoras que integram saúde, educação e assistência, a instituição reconhece a complexidade das desigualdades e responde a elas de forma sistêmica, articulando diferentes setores da sociedade em torno de um objetivo comum: apoiar o desenvolvimento pleno das pessoas. Essa abordagem amplia o alcance das políticas públicas, fortalece redes de cuidado e consolida a inclusão como prática concreta, e não apenas como diretriz normativa.

Assim, ao considerar a sociedade como um todo interdependente, a SPDM reafirma seu compromisso com a construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo, no qual a educação inclusiva ocupa papel central na promoção da dignidade, da cidadania e da justiça social.



A educação inclusiva está diretamente alinhada ao **ODS 4 da ONU (Educação de Qualidade)**, ao promover acesso, permanência e aprendizagem com equidade para todos. Ao enfrentar barreiras estruturais e garantir respostas às diferentes necessidades, contribui para a redução das desigualdades e para a efetivação do direito à educação ao longo da vida.

Este texto teve a contribuição de | Dra. Yumi Kaneko, Diretora Técnica do “Projeto Rede de Inclusão Educacional e Social” da SPDM